



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9496 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT15 - Educação Especial

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS: UM OLHAR A PARTIR DE PROCESSOS DE GESTÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Josiane Roberta Krebs - UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS: UM OLHAR A PARTIR DE PROCESSOS DE GESTÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Resumo

Este texto tem por intuito apresentar uma reflexão sobre a acessibilidade e a inclusão de estudantes surdos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) considerando a importância do protagonismo da gestão educacional e do estabelecimento de ações institucionais que possibilitem o acesso, a permanência e a conclusão com êxito desses estudantes. A metodologia adotada foi o estudo de caso, considerando casos múltiplos, tendo como objeto de estudo o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). O levantamento de dados foi realizado através de análise documental e entrevistas envolvendo estudantes surdos, tradutores/intérpretes de Libras, professores e gestores, os dados obtidos foram sistematizados possibilitando a análise de conteúdo e o mapeamento dos processos de gestão. O estudo conclui que para viabilizar a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos os processos de gestão devem estar relacionados as etapas de institucionalização de diretrizes voltadas à acessibilidade e à inclusão, do ingresso, da permanência, do êxito e da inclusão do egresso surdo no mundo do trabalho e na sociedade, sendo todas essas etapas perpassadas pelos princípios do acesso, do respeito, da formação e do compromisso social dos IFs.

Palavras-chave: Acessibilidade e inclusão. Surdos. Gestão Educacional. Processos de Gestão.

O objetivo desse estudo foi analisar como estão estruturados os processos de gestão relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos no IFRS e no IFSC, considerando os fatores de acesso, permanência e êxito destes estudantes, para que com os resultados da análise pudessem ser propostas melhorias no intuito de viabilizar a efetiva acessibilidade e inclusão dos estudantes surdos estendendo a possibilidade para outros IFs.

Para alcançar o objetivo, foi essencial estabelecer um percurso metodológico que

possibilitasse compreender a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos por diversos olhares para que os processos pudessem de fato atender às necessidades desses sujeitos. Assim, os resultados foram obtidos a partir do diálogo com os estudantes surdos, tradutores/intérpretes de Libras, professores e gestores, além, da fundamental importância da análise documental, tanto da legislação relacionada à temática, como dos documentos do IFRS e do IFSC que retratam a política institucional voltada à inclusão.

A análise documental possibilitou, além de investigar como as diretrizes relacionadas à acessibilidade e à inclusão de estudantes surdos estão retratadas nos documentos institucionais, também a identificação de como estão postas na legislação, sendo que a partir do levantamento e análise das leis, decretos e outros documentos normativos de caráter nacional relacionados ao tema, foi possível a identificação dos direitos da pessoa surda e das obrigações das Instituições de Ensino.

Assim, com a análise da legislação foi possível identificar que as políticas públicas brasileiras têm a intencionalidade de promover a inclusão das pessoas com necessidades educacionais específicas, deixando claro desde a Constituição Federal de 1988 que, perante a Lei, todas as pessoas são iguais e têm o mesmo direito de acesso, cabendo as Instituições de Ensino garantir esse acesso. No entanto, nessa constatação nos deparamos com várias contradições, pois, por mais que exista essa intencionalidade, a legislação não aponta caminhos para que isso se torne viável. Além disso, o fato de considerar todas as pessoas iguais, por si só, exclui o surdo, pois o surdo, conforme Lopes (2011) é reconhecido a partir da sua diferença cultural e linguística, logo, para que ele tenha igualdade de acesso precisamos partir do princípio da equidade onde devem ser dadas condições diferentes para pessoas diferentes possibilitando assim que elas tenham as mesmas oportunidades e tenham a garantia dos seus direitos enquanto seres humanos.

A própria legislação reconhece a diferença cultural e linguística dos surdos, sendo que, em 2002, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), foi reconhecida como língua oficial no Brasil e em 2005, o Decreto 5.626 regulamentou a Lei de Libras e ratificou que as pessoas surdas têm direito de ter acesso à educação através da sua língua, estabelecendo a obrigatoriedade da presença do tradutor/intérprete de Libras em todos os espaços formativos, a acessibilidade no processo seletivo de ingresso nas instituições de ensino e, salientou a necessidade de formação de profissionais habilitados para atuarem com surdos garantindo a educação bilíngue.

No entanto, com a análise da legislação ficaram claras algumas lacunas, sendo evidenciado nesse estudo a dificuldade de contratação de tradutores/intérpretes de Libras o que resulta em estudantes surdos sem o acompanhamento do profissional, ou ainda, que os surdos nem saibam da possibilidade de estudar em um IF porque essas informações não chegam até ele.

Partindo para a análise dos documentos do IFRS e do IFSC foi possível constatar que ambas as instituições apresentam diversas diretrizes relacionadas à acessibilidade e à inclusão e se comprometem com a educação inclusiva, apresentando a inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas como princípio norteador da Instituição, retratando esta informação no Estatuto ou no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Além disso, em cada uma das Instituições foi possível identificar algumas diretrizes específicas, como por exemplo, a adoção de política de cotas com o estabelecimento de reserva de vagas para pessoas com necessidades educacionais específicas, tanto em cursos técnicos e de graduação, como também, nos cursos de pós-graduação; a criação de comissões que tenham por finalidade os estudos surdos e o estabelecimento de diretrizes quanto ao atendimento metodológico e didático dos estudantes surdos.

Logo, a análise documental, tanto da legislação como das políticas institucionais indicam a necessidade dos IFs garantirem o acesso e a permanência dos estudantes surdos, sendo fundamental para isso a acessibilidade de editais, documentos institucionais, formulários, sistemas de inscrição, provas, além da indispensável presença do tradutor/intérprete de Libras. Os documentos também apontam para a necessidade de desenvolver um currículo inclusivo, realizando adaptação curricular quando necessário, e estabelecer estratégias para formação de profissionais. Para finalizar a apresentação dos resultados da análise documental, cabe ressaltar a importância de que essas diretrizes estejam descritas em documentos oficiais para que as ações originárias dessas diretrizes tenham caráter e validade institucional.

A realização das entrevistas com categorias distintas de participantes possibilitou a análise dos processos de gestão por diversos olhares, desde as percepções e os sentimentos do próprio estudante até o gestor, que muitas vezes não chega a ter contato com o estudante surdo. Ressalto que considerar o olhar e as percepções apenas de um grupo seria muito arriscado, pois nenhuma das categorias de participantes dessa pesquisa tem a visão sistêmica dos processos envolvidos na acessibilidade e na inclusão dos estudantes surdos, assim, os processos estabelecidos pelo gestor podem não atender as necessidades do estudante surdo, bem como, a sugestão de ação vinda do estudante surdo pode não ser passível de execução pela gestão.

Mas, antes de pensar nos processos de gestão, foi necessário explorar os dados obtidos e por meio da análise dos documentos e dos principais relatos dos entrevistados foi possível chegar nas seguintes categorias de análise: o acesso, o respeito, a formação e o compromisso social dos Institutos Federais.

Quando faço referência ao acesso como categoria de análise, convido o leitor a pensar no termo “acesso” de forma ampla e na sua relevância em todos os processos relacionados à acessibilidade e à inclusão dos estudantes surdos, pois ter acesso significa ter acesso aos direitos básicos, à informação, às mesmas oportunidades, aos conteúdos, aos espaços formativos e, também, ao mundo do trabalho. Ao falarmos em acesso do estudante surdo precisamos considerar que ele apresenta diferenças culturais e linguísticas e por isso têm necessidades específicas que demandam métodos diferentes. No entanto, muitos gestores e profissionais da educação ainda não têm esse entendimento.

Essa constatação pode ser confirmada pelos argumentos de Lopes (2011, p.25) quando ela afirma que “entender a diferença surda como uma diferença cultural e admitir que a língua de sinais seja uma língua própria dos surdos é, ainda hoje, uma dificuldade em muitos espaços educativos e sociais”. Essa dificuldade de entendimento pode ser um dos fatores que contribuem para a limitação das ações relacionadas aos estudantes surdos e se caracteriza como um desafio a ser superado pelos IFs.

Relacionado ao reconhecimento e a aceitação das diferenças culturais e linguísticas dos estudantes surdos, outro elemento importante e que merece destaque é a necessidade do estabelecimento de métodos diferentes que viabilizem a comunicação e o acesso à informação e ao conhecimento, sendo fundamental materializar essa comunicação de forma visual, pois “a cultura surda é toda voltada ao visual”. (SKLIAR, 1998, p.11). Além disso, para o acesso é importante considerar alguns fatores relacionados à língua portuguesa, sendo que as informações devem ser claras e objetivas e devem ser explorados outros recursos visuais, como por exemplo, imagens, esquemas e estruturas gráficas.

A segunda categoria identificada foi o “respeito”, fator este que envolve principalmente o respeito e a aceitação das diferenças. O respeito é um dos valores mais importantes do ser humano e tem grande importância na interação social. (SILVA, 2009). A

Instituição de Ensino só vai falar em inclusão e pensar em ações que possibilitem o acesso a partir do momento que conhecer e respeitar as diferenças dos estudantes surdos.

Os elementos relacionados ao respeito se fizeram presentes nas entrevistas, principalmente nos relatos dos estudantes surdos que apontaram a importância da aproximação com os professores e colegas, o significado que tem para eles quando alguém aprende um sinal e consegue se comunicar sem o auxílio do tradutor/intérprete de Libras, ou somente a importância de querer conhecer sobre a cultura e a identidade surda, sendo relatado pelo estudante D que *“o fato do professor demonstrar querer entender como o surdo aprende é suficiente para que o surdo também tenha mais interesse em aprender”*. (Estudante D).

Outra categoria que emergiu foi a “formação”, envolvendo os professores para que eles se sintam preparados para ter um estudante surdo em sala de aula, o tradutor/intérprete de Libras, os técnicos-administrativos que vão atender o estudante surdo na Instituição e a formação e sensibilização dos estudantes ouvintes. Essa formação envolve desde aprender a Libras para poder se comunicar e conhecer a cultura surda, até as metodologias a serem utilizadas em sala de aula.

A formação se dá a partir das aprendizagens propiciadas pela interação que as pessoas têm com o meio em que estão inseridas e com as pessoas com as quais se relacionam. Conforme conceituado por Cunha (2012), a formação envolve a análise e reflexão sobre as próprias condições e experiências e tem sido mais efetiva pelas influências da prática cotidiana. Nesse sentido, a formação pode ser pensada a partir dos próprios profissionais da Instituição e dos estudantes surdos, podendo ser organizados cursos de Libras, oficinas, palestras, ou seja, espaços que possibilitem o contato da comunidade acadêmica com o surdo e com a sua cultura. Considerando o potencial formativo dos IFs a própria Instituição pode ser promotora de atividades de capacitação e formação.

Por fim, a última categoria de análise surgiu de forma inesperada e representa importantes contribuições para esse estudo, sendo esta, o “compromisso social dos IFs” relacionados à acessibilidade e à inclusão dos surdos em um aspecto mais amplo, não apenas na educação, mas na vida em sociedade e no mundo do trabalho. Esse é um princípio muito importante para os IFs, considerando que o compromisso social se manifesta na colaboração, no conhecimento e na transformação da comunidade, por meio de uma atuação eficaz, que compreenda a educação como processo social de formação do indivíduo para o exercício livre e responsável da cidadania. (PACHECO, 2015).

Essa possibilidade surgiu a partir da análise da missão dos IFs e considerando a qualificação e as experiências dos servidores (docentes e técnicos-administrativos) dos IFs, que atuam na área de educação de surdos. É papel dos IFs gerar conhecimentos e promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural, através da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Considerando a carência de estudos na área da surdez e a necessidade de colocar em prática as políticas públicas relacionadas aos surdos, os IFs podem e devem ir além da formação dos estudantes, desenvolvendo conhecimentos relacionados aos surdos por meio de pesquisa, sensibilizando e capacitando a sociedade por meio da extensão e formando profissionais por meio da oferta de cursos de formação de tradutor/intérprete de Libras e professor de Libras.

Por fim, o compromisso social dos IFs está voltado também a inclusão do egresso surdo na sociedade e no mundo do trabalho, sendo que só podemos fazer referência a conclusão do curso com êxito a partir do momento em que o estudante conquiste seu espaço no mundo do trabalho, pois de nada adianta conseguirmos proporcionar o ingresso, a

permanência e a conclusão do curso, mesmo formando um excelente profissional, se o mundo do trabalho e a sociedade não estiverem prontos para aceitar as diferenças e reconhecer as competências e habilidades desses profissionais.

A partir dos resultados desse estudo, podemos concluir que esses fatores devem estar presentes em todas as etapas envolvidas na acessibilidade e na inclusão dos estudantes surdos, sendo que nenhuma dessas ações por si só poderá viabilizar de fato a acessibilidade e a inclusão dos estudantes surdos nos Institutos Federais.

Referências

CUNHA, Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática**. 24ª ed. Campinas: Papirus, 2012.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais**: diretrizes para uma educação profissional transformadora. Natal: IFRN, 2015.

SILVA, Caetana Juracy Resende. (Org.). **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008**: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009.

SKLIAR, C. B. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.